



Artigo Especialização

**CONCEITOS DE MODERNIZAÇÃO DE
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS:
UM LEGADO DO SÉCULO XX**

por

Gustavo de Aguiar Isaia

CECREPAC

**Curso de Especialização em Conservação e Restauração do
Patrimônio Cultural**

Santa Maria, RS, Brasil

2004

CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS: UM LEGADO DO SÉCULO XX

por
Gustavo de Aguiar Isaia

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Conservação e
Restauração do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM,RS) como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio
Cultural**

CECREPAC

Santa Maria, RS, Brasil

2004

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Tecnologia
Curso de Especialização em Conservação e Restauração do
Patrimônio Cultural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo de Especialização

**Conceito de modernização de edificações históricas:
um legado do século XX**

elaborado por
Gustavo de Aguiar Isaia

Como requisito para obtenção de grau de
**Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio
Cultural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (Presidente/Orientador)

Denise de Souza Saad

Luiz Gonzaga Binato de Almeida

Santa Maria, 13 de dezembro de 2004

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE ANEXOS	vii
RESUMO.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS	04
3 A MODERNIZAÇÃO E OS TRATADISTAS	08
3.1 Viollet-Le-Duc	08
3.2 John Ruskin	09
3.3 Camilo Boito	11
3.4 Gustabo Giovanooni	12
4 A MODERNIZAÇÃO E A CARTA DE ATENAS	15
4.1 Conclusões Gerais – I Doutrinas. Princípios Gerais	15
4.2 Conclusões Gerais II Os Materiais de Restauração	15
4.3 Conclusões Gerais III A deterioração dos Monumentos	16
5 A MODERNIZAÇÃO E A CARTA DE VENEZA	17
5.1 Introdução	17
5.2 Definições Artigo 1º	18
5.3 Finalidade Artigo 3º	18
5.4 Conservação Artigo 5º	19
5.5 Restauração Artigo 13º	20
6 CONCLUSÕES	21
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23
ANEXO 1 GRÁFICOS	26

1.1 VIDA ÚTIL	26
1.2 VIDA ÚTIL X MANUTENÇÃO	27
1.3 VIDA ÚTIL X MODERNIZAÇÃO	28
1.4 VIDA ÚTIL X TIPOS DE MANUTENÇÃO	29
ANEXO 2 – MODERNIZAÇÕES BEM SUCEDIDAS	30
2.1 CENTRO CULTURAL CEEE – ÉRICO VERÍSSIMO	30
2.2 PALÁCIO DOS LEÕES	33
2.3 THEATRO PAIOL	35
2.4 THEATRO SÃO PEDRO	37
2.5 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	42
2.6 THE ALBERY	43
ANEXO 3 – MODENIZAÇÕES MAL SUCEDIDAS	45
3.1 THEATRO TREZE DE MAIO	45
3.2 FACULDADE DE MEDICINA	47
3.3 BANCO ITAÚ	48
3.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	49

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Vida útil	26
FIGURA 02 Vida útil x manutenção	27
FIGURA 03 Vida útil x manutenção.....	28
FIGURA 04 Vida útil x tipos de manutenção	29
FIGURA 05 Fachada do centro cultural CEEE – Érico Veríssimo ..	31
FIGURA 06 Poço de iluminação do Centro Cultural CEEE	32
FIGURA 07 Fachada Principal do Palácio dos Leões	33
FIGURA 08 Ala Residencial do Palácio dos Leões	34
FIGURA 09 Fachada frontal do Teatro Paiol	35
FIGURA 10 Sala de espetaculoso do Teatro Paiol	36
FIGURA 11 Vista interna do telhado do Teatro Paiol	37
FIGURA 12 Fachada frontal do Theatro São Pedro	38
FIGURA 13 Construção da casa de utilidades	39
FIGURA 14 Interior da casa de utilidades	40
FIGURA 15 Poltronas da platéia	41
FIGURA 16 Banco do Estado do Rio Grande do Sul	42
FIGURA 17 Vista interior do Teatro The Albery	43
FIGURA 18 Fachada do Theatro Treze de Maio	46
FIGURA 19 Fachada do prédio da Faculdade de Medicina	47
FIGURA 20 Vista geral do prédio do Banco Itaú	48
FIGURA 21 Vista geral da Secretaria Municipal de Administração	49

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 GRÁFICOS	26
1.1 VIDA ÚTIL	26
1.2 VIDA ÚTIL X MANUTENÇÃO	27
1.3 VIDA ÚTIL X MODERNIZAÇÃO	28
1.4 VIDA ÚTIL X TIPOS DE MANUTENÇÃO	29
ANEXO 2 – MODERNIZAÇÕES BEM SUCEDIDAS	30
2.1 CENTRO CULTURAL CEEE – ÉRICO VERÍSSIMO	30
2.2 PALÁCIO DOS LEÕES	33
2.3 THEATRO PAIOL	35
2.4 THEATRO SÃO PEDRO	37
2.5 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	42
2.6 THE ALBERY	43
ANEXO 3 – MODENIZAÇÕES MAL SUCEDIDAS	45
3.1 THEATRO TREZE DE MAIO	45
3.2 FACULDADE DE MEDICINA	47
3.3 BANCO ITAÚ	48
3.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	49

RESUMO

Artigo de Especialização

Curso de Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Conceito de modernização de edificações históricas: um legado do século XX

Autor: Gustavo de Aguiar Isaia

Orientador: Denise de Souza Saad

Santa Maria, 13 de dezembro de 2004

Este trabalho tem pôr objetivo trazer à discussão um assunto, algumas vezes pouco debatido nos meios preservacionistas qual seja, a incorporação das novas tecnologias advindas, principalmente, do século XX, na preservação das edificações históricas. Este conceito não é novo nas construções novas, nem tão pouco é desprezado no resgate de diversos patrimônios históricos, mas o embasamento deste conceito situa-se, em muitos casos, no “bom senso” da maioria dos técnicos que trabalham nesta área e não em diretrizes mais concretas preconizadas pôr organismos como ICOMOS, UNESCO e tantos outros. Muitos podem advogar que tais diretrizes existem, basta serem pesquisadas em documentos como a carta de Atenas e/ou a de Veneza. Tal afirmação pode ser até verdadeira embora o fato é que, aparentemente, não existe um documento específico sobre o assunto e que possa nortear os técnicos em preservação na difícil tarefa de dar vida às edificações históricas para o futuro.

1 INTRODUÇÃO

O que é modernização? Muitas são as definições, mas talvez a mais abrangente, paradoxalmente, seja a menor. Modernizar é o ato de tornar moderno. Parece simples, mas nem tanto. Este pequeno conceito nos remete a um pressuposto: só pode ser modernizado e/ou passível de modernização aquilo que já existe. Portanto o ato de modernizar significa dar um novo modo àquilo que é preexistente.

Na construção civil não é diferente, o conceito de modernização consiste em dotar de novas tecnologias as edificações que foram concebidas e executadas sem as mesmas, ou seja:

Modernização são atividades preventivas e corretivas visando que a recuperação de qualidade ultrapasse o nível inicialmente construído, fixando um novo patamar de qualidade para a edificação. Estas atividades envolvem um estreito acompanhamento das necessidades dos usuários da edificação e dos desenvolvimentos tecnológicos, procurando manter atualizado o edifício construído com suas condições de uso.

Ao depararmos com o conceito de modernização outros pressupostos se apresentam como correlatos, pois a modernização não está sozinha, e sim associada a uma série de outros conceitos que a precede e/ou lhe dá sustentação. Como foi dito anteriormente, modernizar significa dar um novo modo àquilo que existe, se é preexistente, há um processo que o fez chegar a este estágio. No caso da construção civil tradicional este processo inicia-se com o término da obra. Toda a obra possui uma vida útil de projeto que pode ser

aumentada ou não conforme a manutenção que lhe será conferida ao longo do tempo. Desta forma temos então: a conservação, a reparação, a restauração e a modernização.

Conservação está ligada com as atividades realizadas diariamente ou em pequenos intervalos de tempo entre intervenções, diretamente relacionadas com operação e limpeza da edificação criando condições adequadas para seu uso.

Reparação está conectada com atividades preventivas ou corretivas, realizadas antes que a edificação ou algum de seus elementos constituintes atinja um nível de qualidade mínimo aceitável, sem que a recuperação de qualidade ultrapasse o nível inicialmente construído. Estas atividades são normalmente de pequena monta, envolvendo em grande parte substituições localizadas de antigos elementos e componentes pôr novos da mesma característica ou até de mesma especificação. A reparação de edifícios envolve um planejamento e controle bastante detalhado, pois está normalmente vinculada ao prolongamento da vida útil da edificação.

Restauração está relacionada com atividades corretivas após a edificação ou alguns de seus elementos constituintes atingirem níveis inferiores à qualidade mínima aceitável sem que a recuperação de qualidade ultrapasse o nível inicialmente construído. Estas atividades são, na maioria das vezes, de grande dimensão envolvendo a substituição parcial ou total de antigos elementos e componentes pôr novos, de mesma característica, procurando recompor níveis de qualidade próximos aos níveis inicialmente construídos. A restauração

das edificações envolve um planejamento de longo prazo visando manter a edificação em condições de uso por longo período de tempo.

Assim sendo, depreende-se que, em prédios novos, a restauração tem um conceito diferente da modernização. Aquela visa prolongar a vida útil original recompondo a edificação em níveis próximos ao inicialmente construído, enquanto esta visa aumentar a vida útil original dotando a edificação de níveis superiores aos inicialmente construídos.

Estes dois conceitos, agregados com a noção de vida útil, dão uma visão bastante acurada da dicotomia existente entre as teorias preservacionistas tradicionais e a real necessidade das edificações históricas no século XXI. Podemos considerar que a vida útil de uma edificação tradicional é o período de tempo para o qual a edificação foi projetada, sem que a mesma atinja um nível abaixo do mínimo aceitável, a partir do qual as necessidades dos usuários não são mais consideradas satisfeitas.

Assim concluímos que, em se tratando de edificações novas, o conceito de vida útil pode ser estendido em muito se comparado ao período pré-concebido no projeto. Pois, ao término de uma obra, passadas as fases de conservação, reparação e restauro, resta a modernização que permite um novo ciclo de conservação, reparação e restauro sucessivamente.

2 O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS

Como visto no item anterior, restauração e modernização possuem conceitos diferentes em se tratando de obras novas. No que se refere a edificações históricas não é diferente, ao analisarem-se os conceitos ver-se-á adiante, pois que ambos se complementam possuindo uma correlação bastante significativa. Talvez o que possa mostrar certo reordenamento é o conceito de vida útil porque, quando há a necessidade de uma restauração, muitas vezes, há muito se passou o período de vida útil da edificação e a intensidade da restauração é tanta que, praticamente, tem-se uma edificação nova, com nova vida útil. Apoiando-se nesta consideração, ver-se-á que restauração e modernização não são duas etapas distintas, realizadas em momentos diferentes. Não existe a idéia de que “agora se iniciará a ‘restaurar’, para logo após dizer: ‘agora se começará a modernizar’”. Desta maneira, devido ao grau de degenerescência da edificação, estas duas etapas dão-se simultaneamente sob o nome global de “restauração”.

Portanto a “restauração”, da maneira que se conhece hoje, é diferente da restauração que se tinha até o início do século XX. O que aconteceu para que a forma de se realizar a restauração tenha se modificado tanto nos últimos 100 anos? A resposta é bastante simples, talvez nos últimos 100 anos a nossa civilização não tenha experimentado um avanço tecnológico tão grande, comparando-se com os outros 2000 anos passados. E o avanço da tecnologia, também,

se refletiu na forma com que a sociedade moderna encara os novos usos das edificações históricas.

Conquanto, coloca-se esta questão: qual o nível de evolução tecnológica de uma catedral gótica se comparada a um prédio neoclássico? Resposta: praticamente nenhuma. Pergunta-se: qual o nível de evolução tecnológica de um prédio de escritórios da década de 20 se comparado a um prédio de escritórios do século XXI. Resposta: concreto de alto desempenho, rede de lógica, computadores, ar condicionado, etc. Portanto, é fácil compreender-se que o conceito de restauração é válido para as edificações históricas até o final do século XIX, onde se iniciou o “boom” da tecnologia. Pôr isso se deve que considerar, com mais cuidado, o conceito de restauração nos dias de hoje. Uma análise mais aprofundada do conceito original de restauração levará a um entendimento mais objetivo.

Restauração (Carta de Veneza, 1964): a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem como objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese, no plano das reconstituições conjeturais, todo o trabalho complementar reconhecido como indispensável, pôr razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Em uma análise conjuntural moderna desta definição, depreende-se que a mesma enfoca o aspecto da restauração quase que única e

exclusivamente no âmbito da preservação em si. Ou seja, não há explicitamente preocupação com o uso da edificação. A preocupação maior (e correta, mas não totalmente abrangente) é com a integridade estética e histórica, a edificação é encarada de uma forma a não sofrer deturpações arquitetônicas, sendo permitida, com ressalvas, a inclusão de novos elementos em casos especiais. Não se considera esta definição equivocada ou incorreta, apenas incompleta, pois não contempla as novas expectativas da sociedade moderna em relação à utilização e destino destas edificações. É claro que é necessário preservar de acordo com os preceitos da carta de Veneza e, também, dotar as edificações históricas da infra-estrutura necessária para enfrentar os desafios de século XXI.

Portanto, o conceito de preservação de edificações históricas não se atém apenas as questões preservacionistas de tratadistas como Ruskin, Le-Duq ou Giovannoni, tão pouco somente as cartas de Veneza ou Atenas, mas sim a nova exigência que em certos aspectos a iguala às novas edificações, principalmente no quesito conforto.

O conceito de preservação de edificações históricas, no século XXI, parte do princípio que o patrimônio possui um valor mais do que pelo passado como, também, pela história que terá daqui para frente. Pôr exemplo: patrimônio histórico é algo que tem valor pela sua história, ou melhor, algo que tem valor pelo uso ao longo do tempo. Ao considerar-se este significado, ver-se-á que todo o patrimônio histórico possui “vida”, ou seja, um valor intrínseco pêlos acontecimentos que nele se desenrolaram. Pôr isso se pode dizer que o patrimônio possui uma vida, uma história. Esta vida, do ponto de vista

de deterioração, pode ser considerada como a vida útil da edificação. Não estamos aqui evocando a definição clássica de vida útil, mas sim trazendo à tona um novo conceito, o de vida útil de um patrimônio histórico, que nada mais é do que o período de tempo que esta edificação pode continuar contribuindo (em todos os aspectos) para com a sociedade à qual está inserida.

Assim, vê-se que uma edificação histórica, para ter a sua vida útil respeitada, deverá estar em consonância com as expectativas da sociedade, não se podendo imaginar que uma edificação, que após tantos anos “serviu” uma comunidade, passe a ser um simples monumento a ser conservado e observado (como poderia sugerir Ruskin). Desta forma seria a decretação de sua morte, o fim de sua vida útil e toda a sua história poderia acabar sendo desvalorizada, perdendo-se ao longo do tempo aquilo que tinha valor pelo seu uso. Não há outra maneira de se preservar senão pela manutenção de sua identidade artístico-histórica, bem como, pela dotação de condições para que possa continuar desempenhando seu papel. Qual é a maneira desta edificação histórica continuar desempenhando seu papel no mundo de hoje? A resposta é a modernização, ou seja, a soma da restauração preconizada na carta de Veneza com as inovações tecnológicas do nosso tempo. Assim outro obstáculo é proposto: o problema não é modernizar e sim como modernizar, sem fazer com que perca sua identidade e, portanto, o seu valor.

3 A MODERNIZAÇÃO E OS TRATADISTAS

Propõe-se, neste segmento, realizar ligeira análise das idéias dos tratadistas do século XIX e confrontá-las com o conceito de modernização.

3.1 VIOLLET-LE-DUC

De certa forma Viollet-Le-Duc estava, em muitos aspectos, à frente de seu tempo no que concerne ao uso de tecnologias no restauro de edificações históricas, apesar de seu pragmatismo exacerbado na forma com que levava ao cabo suas restaurações. Mas, apesar de suas idéias de análise comparada dentro da própria edificação e/ou de deixar a edificação falar pôr si mesmo, Viollet-Le-Duc foi um investigador fundamental para o embasamento dos novos conceitos preservacionistas. Em sua definição do conceito restaurar proposta no dicionário de arquitetura, se apresentam alguns elementos de ponto e contraponto em relação aos atuais conceitos de modernização. “Restaurar um edifício não significa repará-lo, mantê-lo e sim restabelecê-lo a um estado de integridade como jamais possa ter existido em um dado momento.”

Sabe-se o que Le-Duc queria dizer com restabelecer a um estado de integridade como jamais possa ter existido em um dado momento. Em sua concepção, o trabalho que realizava, principalmente em catedrais góticas, podia dar à edificação uma feição que jamais ela havia tido, entretanto, devido ao seu trabalho lhe conferia uma

integridade, talvez, em dado grau que nem o arquiteto projetista tinha conseguido alcançar. Afora esta interpretação, pode-se analisar esta afirmação sob outro prisma: “um estado de integridade que não existiu em outro momento”. Pode-se dizer que a modernização permite resgatar a integridade de uma edificação histórica, ou seja, lhe conferir novos aspectos que se não lhe fossem dados fariam com que ela perdesse sua empatia com a sociedade e, portanto, se desintegraria. E que este novo estado nunca havia existido até este novo momento.

Com isso, se pode aprender que conceitos promulgados em determinada época, podem ser relidos sob outro prisma em época futura. Não se está tentando dar uma nova significação à definição de Viollet-Le-Duc e sim, efetuar uma releitura da definição e utilizá-la à luz de um novo conceito.

3.2JOHN RUSKIN

Indubitavelmente, John Ruskin (1889) seria o maior crítico do conceito moderno de restauração, pois sua visão romântica do século XIX e a forma de encarar o significado de uma edificação histórica, não admitiria de forma alguma preservar uma edificação em momento maior do que ela poderia se sustentar. Não obstante, suas posições firmes e um tanto quanto fora de contexto nos dias atuais, suas teorias preservacionistas brindam-nos com excelentes contrapontos e que, hoje, devem e precisam ser analisados. Uma passagem do seu livro “As sete lâmpadas da arquitetura” Ruskin (1889) traz uma significativa contraposição à teoria preservacionista atual e, também,

uma lição apaixonada e romântica de como se deve preservar as edificações históricas:

“Cuida de seus monumentos e não terás necessidade de restaurá-los”. Uma pedra de prumo posta a tempo sobre o teto, uma limpeza apropriada de alguma coisa ou detrito de madeira que obstrui um conduto, poderá salvar da ruína muros e cobertas. Vigia com olhos atentos um velho edifício, conservando-o o melhor possível com todos os vossos meios, salvando-o de qualquer causa de sua desagregação. Toma conta de suas pedras do mesmo modo que farias com as jóias de uma coroa. Ponha guardas como porias a porta de uma cidade prisioneira. Reforça com ferro quando se desagregar, sustente-o com vigas caso se ruine. Não se preocupe com a brutalidade do socorro que se fará: é melhor que perder uma perna. Faça-o com ternura e respeito, vigilância incessante, e mais uma geração nascerá e desaparecerá à sombra de seus muros. “Mas, se na última hora, ao fim chegando, que se soe aberto e francamente sem que nenhuma substituição desonrosa e falsa o prive do dever fúnebre da recordação”.

Talvez este pequeno texto traga consigo o reflexo claro das idéias de John Ruskin. A começar pela primeira frase que é bastante atual e pertinente: “cuida de seus monumentos e não terás necessidade de restaurá-los.” Esta afirmação possuía um significado particular para ele pois, como era contra quase todo tipo de intervenção, a forma mais eficaz para que este processo não se desse era o de não deixar com que ele acontecesse. Em nossos dias o significado é similar, talvez com uma outra conotação, ou seja: faça os trabalhos recomendados de manutenção (conservação e reparação) e conseguirá retardar significativamente a necessidade de restauração.

O significado original desta citação cristaliza-se, ainda mais, no desenrolar do parágrafo, onde usa metáforas românticas e/ou

elementos simples para corroborar sua teoria. Na opinião de Ruskin (1989), a colocação de prumo, a limpeza de condutores ou a sustentação com ferro seriam as atitudes consideradas corretas para dar à edificação uma conservação adequada além, é claro, de cuidá-la como fosse as jóias de uma coroa. Em nossa concepção atual, os cuidados com a edificação vão mais adiante. Mas apesar de sua contrariedade na restauração de uma edificação histórica, ele detinha um profundo sentimento de preservação, ainda que romântico.

Todavia, um conceito que Ruskin (1989) discorre hoje, para a moderna teoria da preservação, é muito importante, o da "vida biológica", ou, modernamente, vida útil. Para ele, tudo se passa como se as edificações possuíssem uma "vida biológica", então, elas nasceriam, viveriam e morreriam e a sociedade não deveria interferir de forma contundente para influenciar no desenrolar dos acontecimentos.

Hoje o conceito pode ser considerado similar: elas nascem, vivem, são restauradas e modernizadas e a sociedade interferirá naquilo que lhe for possível, sem alterar sua identidade para que "mais uma geração nasça e desapareça à sombra de seus muros".

3.3 CAMILO BOITO

É o grande tratadista que lançou a pedra fundamental para a moderna teoria preservacionista. Boito combatia com igual energia as teorias passivas de Ruskin e as reconstruções estilísticas de Le-Duc.

Para ele, nem tanto ao céu nem tanto a terra, ou seja, nem tão passivo como Ruskin , nem tão ativo como Le-Duc. É importante ressaltar o quão foi preponderante sua contribuição, pois teorias que apontavam para lados absolutamente contrários foram unificados dando um novo rumo à teoria da preservação. Além desta contribuição inestimável, Camilo Boito propõe uma inovação, ou seja, a restauração científica que nada mais é do que a adoção de critérios técnico-científicos na intervenção de edificações históricas. Este conceito, hoje, pode parecer um tanto quanto óbvio, mas na metade do século XIX foi um grande avanço para a consolidação das modernas teorias preservacionistas. Devido a este conceito lançado pôr Boito é que hoje possuímos critérios bastante específicos para se poder executar os trabalhos de restauração.

3.4 GUSTAVO GIOVANNONI

Grande seguidor das teorias de Camilo Boito, Gustavo Giovannoni foi um grande teórico da preservação. Suas idéias foi um passo adiante em relação às de Boito, principalmente no que se referia a dar, ainda mais, base científica às suas teorias.

Não obstante, entre as grandes contribuições de Giovannoni aos conceitos atuais de preservação, destaca-se o conceito de função social das edificações históricas, o conceito de monumento vivo e a conceituação de um tipo de intervenção denominada inovação. Ao se analisar cada um destes conceitos vê-se nitidamente as bases do que, modernamente, entende-se pôr preservação.

Ao se estudar mais profundamente as idéias dos principais pensadores contemporâneos vê-se que Giovannoni foi o precursor do conceito de função social. É uma das primeiras vezes que um tratadista discorre sobre o uso da edificação histórica. Até então eram vistas como obras de arte, um testemunho que deveria ser preservado.

Para Giovannoni, além do valor intrínseco como obra de arte, a edificação deveria cumprir a sua função social qual seja, a de se integrar no meio onde está inserida. De certa maneira descer do pedestal de obra intocada e com o destino de ser observada, estudada e protegida como fosse as jóias de uma coroa, preconizada pôr Ruskin. A partir deste conceito, a edificação histórica começa a ser vista como parte integrante da sociedade e que, além da função de servir como testemunho artístico-histórico, deve desempenhar papel agregador desta mesma sociedade, através do seu uso.

Quando Giovannoni concebe o conceito de monumento vivo, engloba dois outros artifícios extremamente importantes nos dias de hoje: o uso e a função. Para ele, os monumentos vivos seriam os mais próximos a um estado de conservação, o qual seria possível o seu uso para uma determinada função a qual originalmente foi concebida ou, uma similar, para a qual seria necessário um mínimo de intervenção, oferecendo a possibilidade de um tratamento metodológico flexível e baseado na teoria científica e no critério da mínima intervenção e com o respeito aos valores artísticos de todas as épocas. Vê-se, desta forma, quão próxima da concepção atual Giovannoni estava. Ele concebia que as edificações históricas deveriam ser utilizadas em sua plenitude, mesmo que para isso tivessem de ter sua função

modificada. E, para alcançar o uso, se poderia alterar a função original, bem como efetuar intervenções, desde que as mesmas se utilizassem de critérios científicos. É a primeira vez que um tratadista coloca lado à lado muito daquilo que se tem como esteio básico da moderna visão em relação ao uso.

O conceito de inovação preconiza: “A inovação representa a incorporação ao monumento de partes essenciais de uma nova concepção. Na teoria, é uma atuação proscrita, reservada somente para os casos em que isto seja inevitável. Em situações deste tipo joga um papel decisivo o arquiteto, para que possa conjugar os conhecimentos teóricos e práticos do restauro, com a capacidade para buscar uma solução funcional válida, imaginativa, formal e esteticamente integrada ao monumento.”

Não se quer aqui traçar um paralelo entre a inovação de Giovannoni e o conceito de modernização, pois ambos mostram-se em planos conceituais distintos. O que Giovannoni lançou com este conceito foi a noção de intervenções em edificações históricas de porte e que necessitavam de uma ação fora dos padrões até então estabelecidos. Modernamente poder-se-ia citar os trabalhos de resgate do novo parlamento da Alemanha unificada, como sendo um ótimo exemplo da inovação preconizada pôr Giovannoni. Não obstante cabe salientar que é a primeira vez que aparece no vocabulário preservacionista a palavra “inovação” que de certa forma pode vir a ser entendida como uma referência à modernização.

4 A MODERNIZAÇÃO E A CARTA DE ATENAS

Neste item serão analisados diversos tópicos da carta de Atenas e suas contribuições aos novos conceitos e usos que cercam a modernização de edificações históricas.

4.1 Conclusões Gerais – I Doutrinas. Princípios Gerais

Neste item da Carta de Atenas (1931) no 3º parágrafo tem-se: “A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico.”

Vemos com nitidez, na citação anterior, uma clara correlação do que foi proposto com o conceito de monumento vivo preconizado por Giovanni. Portanto, tem-se mais um passo dado no reconhecimento da necessidade de se utilizar os prédios históricos dando-lhes vida (uso), sendo que esta “vida” deverá respeitar todos os seus valores.

4.2 Conclusões Gerais II Os Materiais de Restauração

Neste item da Carta de Atenas (1931) no 1º e 2º parágrafo tem-se: “Os técnicos receberam diversas comunicações relativas ao emprego de materiais modernos para a consolidação de edifícios antigos. Eles aprovaram o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna e especialmente do cimento armado.”

É bastante claro que a intenção dos proponentes da carta de Atenas, neste item, era de avaliar o uso de novos materiais e técnicas modernas na consolidação de edificações históricas. Entretanto pode-se depreender, nas entrelinhas, que as novas tecnologias eram bem vindas nas restaurações, sendo que esta proposição é, talvez, uma das primeiras que faça a correlação entre novos materiais e técnicas modernas nos processos de intervenções. Portanto esta declaração pode ser considerada como preconizadora do conceito de modernização, ainda que um pouco tímida se comparada com as necessidades atuais de nossa sociedade.

4.3 Conclusões Gerais III A deterioração dos Monumentos

Neste item da Carta de Atenas (1931) no seu 1º parágrafo tem-se: “A conferência constata, nas condições da vida moderna, que os monumentos do mundo inteiro se acham cada vez mais ameaçados pêlos agentes atmosféricos.”

O sentido desta constatação é bastante evidente, qual seja, o de mostrar a influência desagregadora dos agentes atmosféricos nos monumentos. Mas a expressão “nas condições da vida moderna” evoca uma preocupação, ainda, não evidenciada em outros documentos similares. É desta forma que o link entre a vida moderna e suas exigências começa a ser formado.

5 A MODERNIZAÇÃO E A CARTA DE VENEZA

Neste item procuraremos analisar diversos tópicos da carta de Veneza e suas contribuições aos novos conceitos e usos que cercam a modernização de edificações históricas.

5.1 Introdução

Neste item da carta de Veneza (1964) no seu 1º parágrafo tem-se:

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade de valores humanos, as considerou um patrimônio comum e perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável pôr preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmitir na plenitude de sua autenticidade.”

Os conceitos de função social e vida útil (histórica) ficam evidenciados neste parágrafo. É mais do que evidente a preocupação em dotar as edificações históricas de plenas condições para galgar o tempo executando a função de hoje em unir o ontem com o amanhã. Este conceito diferencia-o da nova visão de preservação, apenas nos meios que serão dados as edificações para cumprir tão elevada missão.

5.2 Definições Artigo 1º

Neste artigo da Carta de Veneza (1964) tem-se:

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações mas, também, as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”

Talvez uma outra definição poderia ser dada com base no artigo 1º da carta de Veneza:

A noção de monumento histórico é a materialização de um testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico e que tenha adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Neste resumo podemos encontrar todo o embasamento que dá ao conceito de modernização de edificações históricas o seu compromisso com o passado. Pois, somente respeitando o testemunho de cada edificação, é que podemos assistir uma evolução tecnológica tal que com o tempo adquirirá uma significação cultural.

5.3 Finalidade Artigo 3º

Neste artigo da Carta de Veneza (1964) tem-se: “A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”

Novamente percebe-se a preocupação em garantir o legado da edificação às novas gerações através do testemunho histórico. Cabe, ainda, ressaltar a necessidade de se discutir o como se dará esta transmissão. Ou seja, se é através da guarda e zelo permanente sem o consentimento de intervenções e/ou restaurações preconizado pôr Ruskin, ou se através de uma responsável intervenção que dotará a edificação das condições de guindar-se ao futuro sem, no entanto, despir-se de sua identidade.

5.4 Conservação Artigo 5º

Neste artigo da Carta de Veneza (1964) tem-se:

“A conservação dos monumentos é sempre favorecida pôr sua destinação , a uma função útil a sociedade; tal destinação é, portanto, desejável mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos.”

Uma afirmação parece ser bastante pertinente neste artigo: a questão não é o que e sim como. Neste particular já se tem uma noção mais clara das motivações histórico-culturais que levaram a uma evolução do conceito de restauração até se chegar à modernização. O questionamento, então, não se sustenta mais nos princípios que nos levam à modernização, mas sim como estes princípios serão postos em prática. Talvez este seja em realidade o real e maior desafio, pois a implementação equivocada de uma modernização pode levar a resultados muito mais catastróficos, do que caso ela não tivesse sido

realizada. Para tanto, é de fundamental relevância a determinação de princípios e diretrizes adequadas às necessidades de preservação da identidade de cada edificação histórica.

5.5 Restauração Artigo 13º

Neste artigo de Carta de Veneza (1964) tem-se: “Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessadas do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.”

Este artigo traz, de certa forma, uma luz em relação as considerações feitas no item anterior. A resposta à pergunta (como?) deve ser encaminhada seguindo-se os preceitos deste artigo. Sabe-se que o mesmo não foi redigido, tendo-se em mente o processo de modernização exclusivamente, mas tendo como esteio o seu caráter geral e abrangente enquadrando-se muito bem como um balizador das novas diretrizes. Portanto toda vez que se pensa, pôr exemplo, na introdução de um sistema de dutos de ar condicionado em uma edificação histórica deve-se ter em mente que o mesmo não poderá afetar o equilíbrio da composição e terá de respeitar todas as partes interessadas do edifício. Desta maneira ter-se-á assegurado a inclusão de elementos novos sem, no entanto, interferir-se no esquema tradicional da edificação.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho procurou trazer a discussão um conceito relativamente novo, mas que trás consigo reflexos significativos em bens não tão novos. É imperioso destacar que a modernização de edificações históricas vem acontecendo gradativamente no decorrer do século XX, em especial após o término da Segunda Guerra Mundial. O objetivo fundamental proposto foi o de grifar a necessidade da discussão sobre o conceito, a demonstração da inexistência do mesmo no passado e a evolução deste ao longo do século passado em especial nas cartas de Atenas e Veneza.

Quando se trata de preservar edifícios históricos vem à mente a valorização da identidade do prédio tal como volumetria, fachada, detalhes arquitetônicos, etc. Tais conceitos são certos e verdadeiros, pois sem eles não haveria, na maioria dos casos, razão para a preservação. No entanto os técnicos envolvidos na preservação precisam ter em mente que não basta apenas preservar a volumetria, deixar intacta a fachada, nem restaurar todos os detalhes arquitetônicos, é preciso ir mais além. É fundamental dotar a edificação de novas tecnologias do presente e esperas para o futuro sem, no entanto, interferir no passado. Desta forma, são necessárias tecnologias como sistema de ar condicionado, prevenção contra incêndio, redes de lógica, alarmes, telefonia, etc. Novamente a questão se repete: o grande desafio não é modernizar mas, sim, como modernizar esta edificação sem interferir na sua identidade

arquitetônica e histórica. Ao intervir-se em uma edificação estar-se-á sempre à frente de um dilema: como dotá-la das condições para que a mesma possa ter seu futuro assegurado sem ter seu passado não assistido. Desta maneira, ao encerrar este trabalho pode-se citar Cervat Erder, no preâmbulo do seu famoso artigo “Olhar sobre a carta de Veneza” escrito em Ancara em 1977 e que sob muitos aspectos sintetiza uma grande parte das idéias contidas neste trabalho: “A multiplicação das exigências da sociedade contemporânea e sua incidência sobre o meio ambiente histórico tem gerado certo número de ações, de inquietude e de controvérsias quanto ao lugar do patrimônio cultural no sistema de valores do século XX. A carta de Veneza foi elaborada há apenas pouco mais de dez anos para servir de pedra fundamental aos princípios internacionais relativos ao meio ambiente histórico. Estes princípios são agora rigorosamente criticados. A razão é simples: as mudanças tecnológicas assim como os conceitos de meio ambiente histórico se multiplicam com tal rapidez que a carta está sendo cada vez menos capaz de trazer respostas às demandas dos princípios diretores adaptados a essa novas condições. A solução não está entretanto evidente. Agora que grupos se constituem para sustentar este ou aquele registro, revisão, extensão da carta, eu vou fazer uma proposta radical : preservemos a carta de Veneza como se ela se tratasse de um monumento histórico.”

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bergan, Ronald. **The Great Theatres of London**. Hong Kong: Imago, 1987.
- Bonin, Luiz Carlos. Manutenção de edifícios: uma revisão conceitual. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990 .
- Carta de Atenas**. Atenas, 1931. In: Cury I. (org.) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cartas Patrimoniais, 2º ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 13-68.
- Carta de Veneza**. Veneza, 1964. In: Cury I. (org.) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cartas Patrimoniais, 2º ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 91-96.
- Castro, Antônio Carlos; Felizardo, Luiz Carlos. **Theatro São Pedro**. Porto Alegre: Livraria e Editora Espaço, 1984.
- Ceschi, C. **Teoria e Storia del Restauro**. Itália, Roma: Editora Mário Bulsoni, 1970 .
- Cremonini, Ruy Alberto. O uso de levantamentos de campo como subsídios para a programação de manutenção de edifícios. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990.
- DAE – SC – Departamento Autônomo de Edificações de Santa Catarina. Programa especial de recuperação do patrimônio

- público estadual. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990.
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Tecnologia de edificações**. São Paulo: Pini, IPT, Divisão de Edificações, 1998.
- John, Vanderlei M. Custos de manutenção em edifício. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990.
- John, Vanderlei M; Bonin, Luiz Carlos. Princípios de um sistema de manutenção. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990.
- Klein, Dario Lauro; Muniz, André Rodrigues; Moro, Alessandra Mesquita. Metodologia para a recuperação de obras históricas. In: V Congresso Ibero-americano de Patologia de las Construciones, VII Congresso de Control de Calidad. **Anales**. Montevideo, Uruguai, 1999.
- Leiria, Guaracy Ruy A. Manutenção preventiva e corretiva – conservação de edifícios públicos e particulares. In: Seminário Sobre Manutenção de Edifícios. **Anais**. Porto Alegre, Brasil, 1990.
- Moura, Éride. História reconstruída. **Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo. 118, 2003.
- Moura, Rosa Maria Garcia Rolim; Schlee, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. Pelotas: Palloti, 1998.

- Oliveira, Fabiana Lopes; Abreu, Antônio. Restauração e adaptação de prédios históricos para novo uso, estudo de caso. In: V Congresso Ibero-americano de Patologia de las Construciones, VII Congresso de Control de Calidad. **Anales**. Montevideo, Uruguai, 1999.
- Ruskin, J. **Las Siete Lámpadas de la Arquitectura**. España: Artes Graficas, S.A., 1989.
- Serroni, J.C. **Teatros – uma memória do espaço cênico no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- Silva, Vânia. Cultura e história em cada pavimento. **Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 115, 2003 .
- Viollet – Le – Duc, E. **Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle**. França, Paris, 1854 .
- Vitruvio, M. **Diez Libros de Arquitectura**. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1992.

ANEXO 1 GRÁFICOS

1.1 VIDA ÚTIL

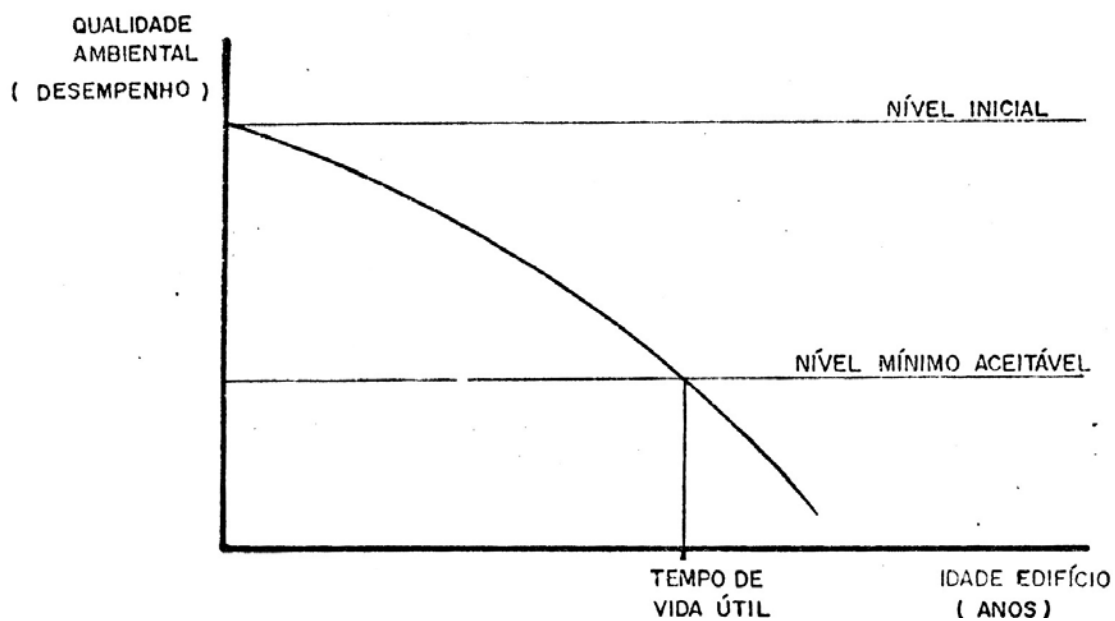


Figura 1 Utilização do conceito de desempenho na análise da qualidade ambiental dos edifícios e na determinação de sua vida útil

1.2 VIDA ÚTIL X MANUTENÇÃO

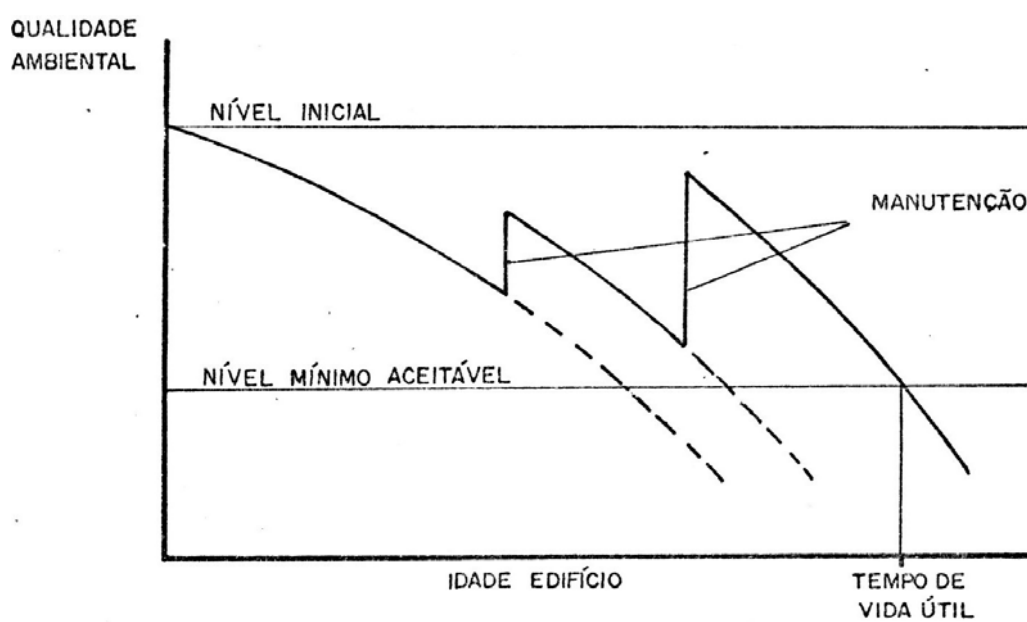


Figura 2 Efeito das atividades de manutenção no prolongamento da vida útil dos edifícios.

1.3 VIDA ÚTIL X MODERNIZAÇÃO

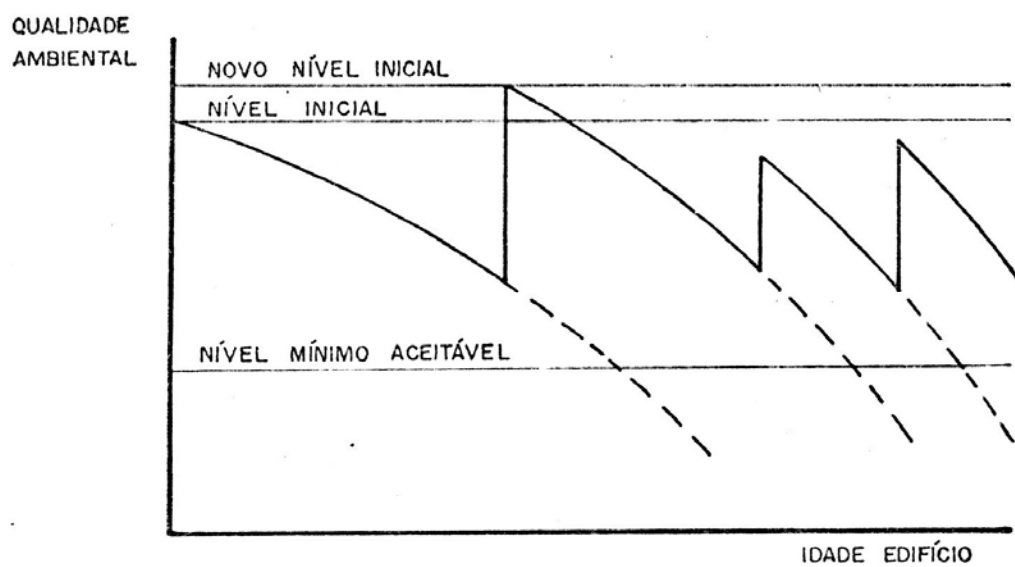


Figura 3 Análise objetiva da modernização dos edifícios

1.4 VIDA ÚTIL X TIPOS DE MANUTENÇÃO

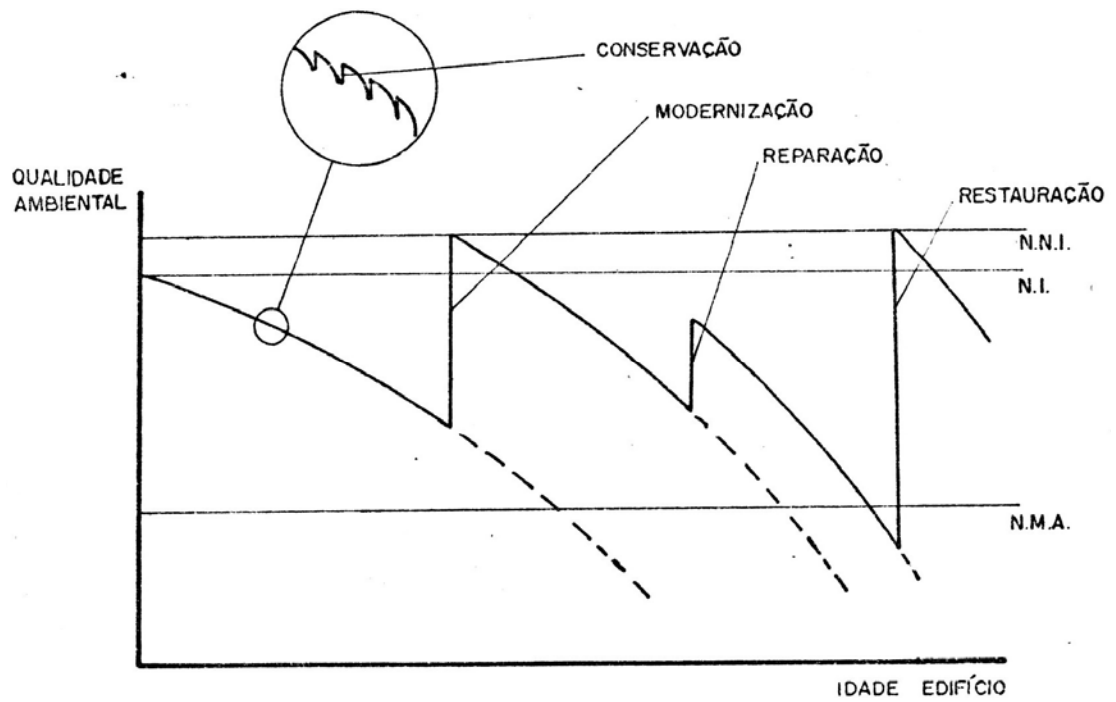


Figura 4 Classificação dos tipos de manutenção de edifício

ANEXO 2 – MODERNIZAÇÕES BEM SUCEDIDAS

2.1 CENTRO CULTURAL CEEE – ÉRICO VERÍSSIMO

Prédio em estilo eclético, localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Foi inaugurado no ano de 1926 e possui seis andares. Na intervenção a volumetria foi totalmente mantida e restaurada, ênfase para a fachada. O interior foi em grande parte modernizado devido a necessidade de atender as novas funções. O prédio abriga todo o acervo do escritor Érico Veríssimo e parte da obra de outros nove escritores gaúchos. No seu interior, ainda, estão instalados o Museu da Eletricidade, a Biblioteca “O Continente”, entre outros.

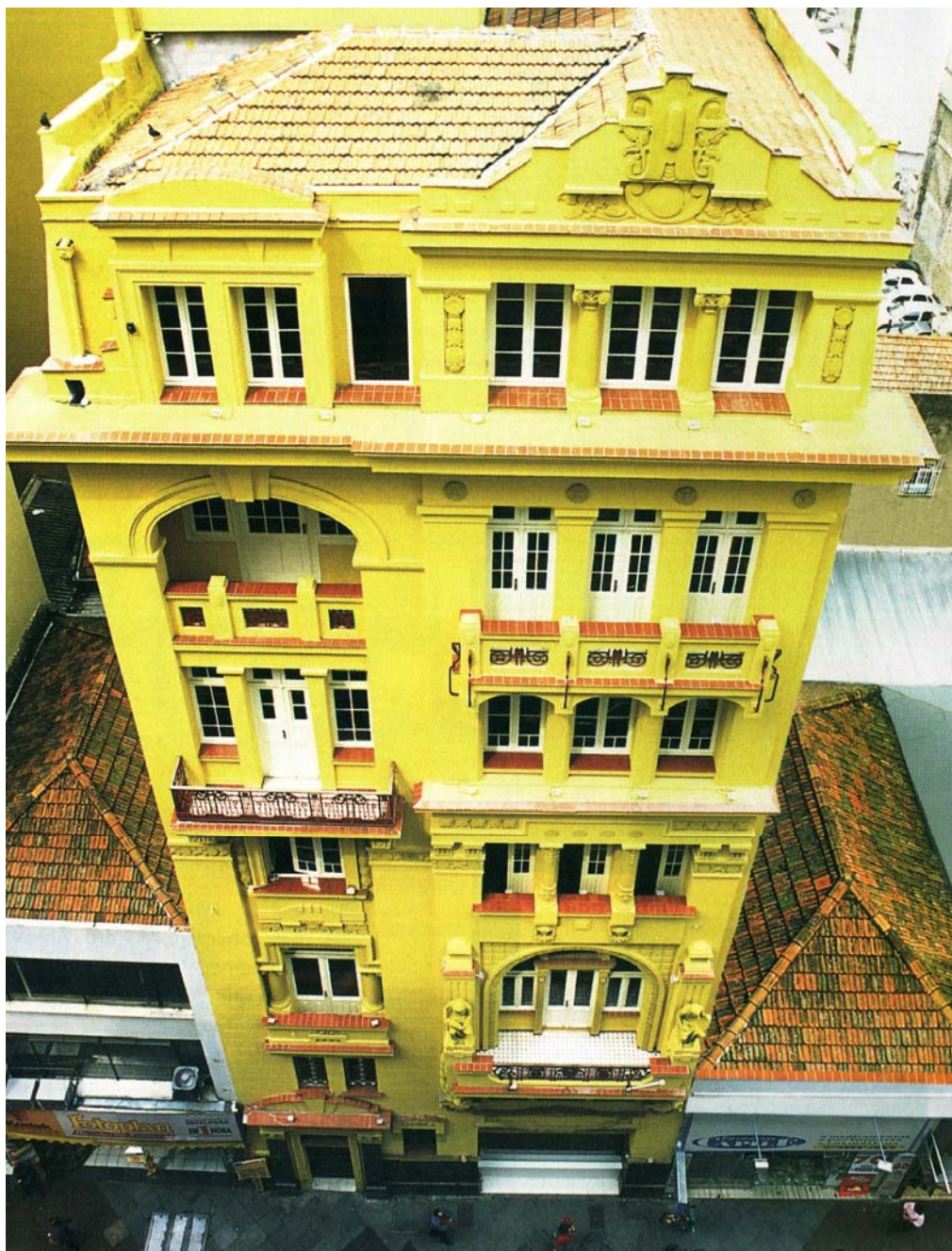


Figura 5 Fachada do centro cultural CEEE – ÉRICO VERÍSSIMO .



Figura 6 Cobertura de vidro colocada no quarto piso do antigo poço de ventilação e iluminação, o painel artístico de Lia Menna Barreto está instalado na parede com pé-direito triplo. Devido ao novo uso muito da arquitetura interior original não pode ser mantida, no entanto a volumetria e a sua fachada o foram mantendo assim sua identidade histórico-arquitetônica .

2.2 PALÁCIO DOS LEÕES

O Palácio dos Leões localizado em São Luiz, Maranhão, Brasil, teve sua construção iniciada no ano de 1626, sendo que o mesmo sofreu, durante séculos, contínuos acréscimos e transformações. Sua fachada principal é em estilo Neoclássico fruto de uma das inúmeras intervenções que o prédio sofreu. Seu interior foi totalmente restaurado, inserindo-se, apenas, novas instalações para sua modernização. O Palácio dos Leões, sede do governo do Estado do Maranhão após, quase 400 anos de vida, pode ser considerado um bom exemplo de preservação no qual alia a manutenção de suas características internas e externas, com as novas necessidades do século XXI.



Figura 7 Fachada principal do Palácio dos Leões



Figura 8 Ala residencial do Palácio dos Leões em sua grande parte preservada. No detalhe podemos observar os difusores de ar condicionado, as câmeras de vigilância, as caixas de mangueiras contra incêndio, bem como os sprinklers, sendo estes elementos, ditos “modernos”, plenamente integrados ao ambiente.

2.3 THEATRO PAIOL

Prédio em estilo Neoclássico com forte influência Romana localizado em Curitiba, Paraná, Brasil. Inaugurado no ano de 1874 com o objetivo de depósito de pólvora. Desativado pelo exército em 1910, teve vários usos até 1970 quando foi restaurado e modernizado com a finalidade de ser o “Teatro Paiol”. Para tanto o espaço foi modernizado e readaptado para uma arena de 225 lugares, o qual preservou as características originais da edificação, que ganhou, além da sala de espetáculos, quatro camarins, salas de ensaio, biblioteca e uma cabine de projeção.



Figura 9 Fachada frontal do Teatro Paiol



Figura 10 Interior da sala de espetáculos. “No Brasil, o Teatro Paiol é um dos poucos espaços em que a arquitetura funciona como se fosse projetada. Na época em que o lugar foi transformado em Teatro, foi utilizado o que havia de mais moderno em termos de estrutura e isso, no entanto, não interferiu na sua forma. No Teatro Paiol há a convivência harmônica entre o moderno e o patrimônio histórico de Curitiba”. Luiz Melo – Ator .



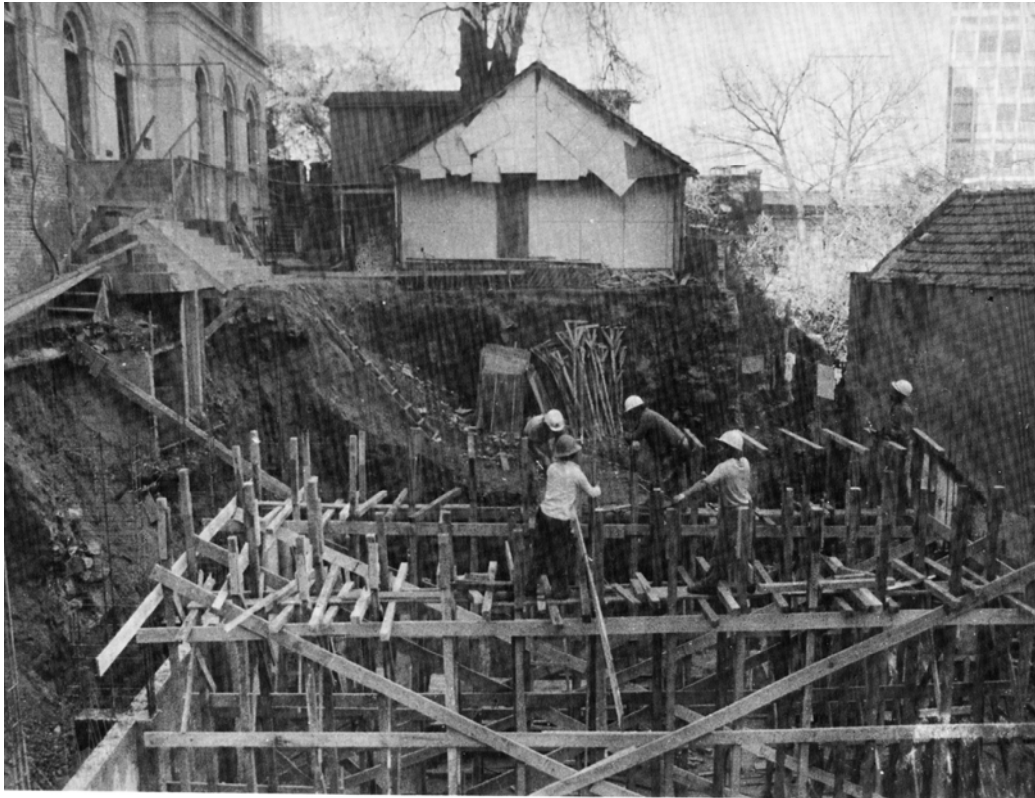
Figura 11 Vista interna do telhado, que foi mantido conforme o original havendo, apenas, a inclusão da iluminação cênica .

2.4 THEATRO SÃO PEDRO

Prédio em estilo Neoclássico localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Inaugurado em 1858 funcionou ininterruptamente até o ano de 1973. Permaneceu fechado até o ano de 1975, quando se iniciou uma grande reforma com a finalidade de restaurá-lo e modernizá-lo, sendo reinaugurado em 1984.

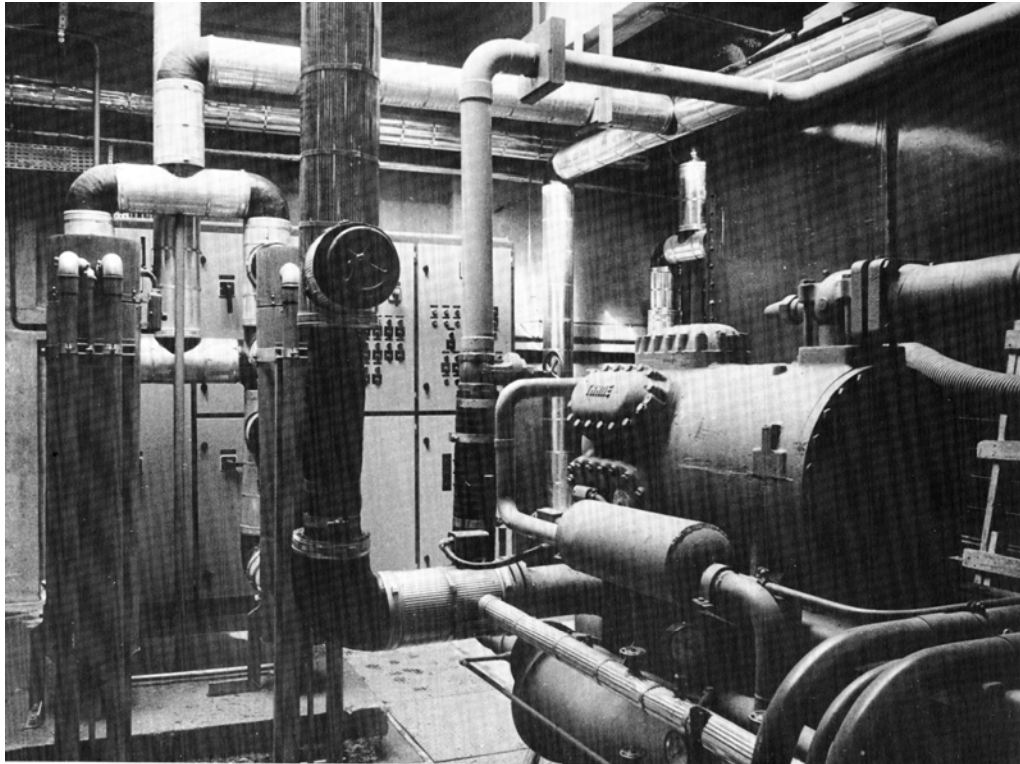


Figura 12 Fachada frontal do Theatro São Pedro. “No São Pedro você é cercado pela perfeição. Não sei se é uma perfeição arquitetônica, porque é tão emotiva e psicologicamente forte a relação que se tem dentro do Theatro.” Daniela Thomas – Cenógrafa .



Obras do bloco de serviço — 1979

Figura 13 Construção da casa de utilidades



Equipamento de serviço — 1982

Figura 14 Interior da casa de utilidades. “Na temporada seguinte: Essa senhora está louca. Está abrindo um buraco enorme ao lado do Teatro! O São Pedro vai cair lá dentro! Na temporada seguinte Dona Eva virou uma mendiga, vive pedindo dinheiro para o Teatro para todo mundo! E fui visitar as obras de restauração e fiquei conhecendo Dona Eva. Efetivamente o tal buraco, pôr onde ela começou a restauração era enorme. Lá dentro ela colocou tudo que poderia fazer barulho e incomodar a platéia: ar condicionado, bombas, motores, etc.” Paulo Autran – Ator.



Figura 15 Poltronas da platéia, no detalhe os dispositivos de identificação das fileiras no piso, perfeitamente integrados com o ambiente. “A ausência da planta original da sala obrigou a elaboração de um levantamento gráfico, com a realização de desenhos que registrassem a estrutura original do edifício. A partir desses desenhos e de imagens do antigo Theatro foi possível recuperar elementos que pareciam perdidos após longos anos de abandono ou que já não pertenciam ao São Pedro. Doado pelo governo Francês em 1858 e retirado em 1885, o lustre da sala de espetáculo serviu de inspiração aos arquitetos na criação de um novo modelo. O mesmo ocorreu com o veludo das novas poltronas, escolhido por ser parecido com a amostra de um tecido encontrado na casa. Enquanto isso, novas cortinas de veludo foram confeccionadas para receber as franjas francesas restauradas. Para os atuais sanitários, foram aproveitados os espaços das escadarias que eram utilizadas, ainda no século XIX, somente por escravos.” J.C Serroni – Arquiteto e Cenógrafo .

2.5 BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prédio em estilo Eclético localizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Inaugurado em 1916 com a finalidade de sediar o Banco Pelotense. Apesar dos seus quase 90 anos de uso, o prédio, não foi significativamente alterado em relação às suas características originais. Destaca-se a discrição com que foi colocada a publicidade na fachada do prédio. Podendo esta servir, quase, como um exemplo de uso devido de publicidade em uma fachada de edificação histórica.



Figura 16 Vista geral do prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

2.6 THE ALBERY

Prédio em estilo Eclético, localizado em Londres, Reino Unido. Inaugurado em 1903 mantém-se, praticamente, com as mesmas características originais. Nestes mais de 100 anos, muito pouco foi modificado tanto no seu interior, como no exterior. As modificações foram efetuadas basicamente no sistema de iluminação cênica, sonorização, maquinaria cênica, sistema de ar condicionado, sistema de prevenção contra incêndio e sistema de segurança.



Figura 17 Vista do interior do teatro, no detalhe as varas de iluminação frontal, com seus refletores “modernos” que pintados de dourado procuram se mimetizar com o ambiente, diminuindo assim o seu impacto.

ANEXO 3 – MODERNIZAÇÕES MAL SUCEDIDAS

3.1 THEATRO TREZE DE MAIO

Prédio com fachada em estilo Neoclássico localizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Inaugurado em 1890 com o nome Theatro Treze de Maio, em homenagem à abolição da escravatura. A partir daí, a casa recebeu diversas companhias dramáticas e líricas do Brasil e da Europa. Em 1909, foi instalado o Cinematógrafo Recreio Ideal, que funcionava nos dias não ocupados pelas companhias. Em 1913, o Theatro foi incorporado ao patrimônio do município. Seu interior foi totalmente descaracterizado, a fim de abrigar a redação do jornal Diário do Interior, entre outros usos. Anos após, foi a vez de a Biblioteca Municipal ocupar a casa, passando a funcionar algum tempo depois como Centro Cultural. Em 1992, a prefeitura municipal decidiu pelo “restauro” para que voltasse a funcionar apenas como Theatro sendo entregue a comunidade em 1997.



Figura 18 Fachada do Theatro Treze de Maio

O interior do prédio já havia sido totalmente modificado a partir de 1913 devido aos diferentes usos. Sua volumetria que, ainda permanecia intacta até 1992, foi severamente descaracterizada pela modificação da estrutura do telhado e conseqüente aumento da fachada. Tal alteração foi supostamente justificada pela necessidade do aumento de área interna com a finalidade de comportar o retorno ao uso original da edificação. Em uma análise mais aprofundada, conclui-se que era plenamente viável o aumento da área interna sem que isto tivesse de alterar a volumetria original. Desta forma a intervenção no Theatro Treze de Maio pode ser considerada um exemplo acadêmico de como não se deve realizar um restauro.

3.2 FACULDADE DE MEDICINA

Prédio em estilo Eclético localizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Inaugurada em 1913 com a finalidade de residência para o Senhor Carlos Ritter, com sua morte foi vendida ao município e passou a abrigar o Instituto de Higiene Borges de Medeiros (1928). Em 1958, a propriedade foi doada à futura Faculdade de Medicina de Pelotas (fundada em 1959 e instalada definitivamente em 1963). Sua fachada está parcialmente descaracterizada pela inclusão de elementos que destoam da sua concepção original.



Figura 19 Fachada do Prédio da Faculdade de Medicina , no detalhe vemos um aparelho de ar condicionado que destoa completamente do conjunto

3.3 BANCO ITAÚ

Prédio em estilo Eclético localizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Inaugurado em 1926 com a finalidade de sediar o Banco da Província. Em 1976, o imóvel, que na época pertencia ao Banco Sul-brasileiro, foi vendido ao Banco Itaú, tendo sofrido grande reforma em 1983. Apesar de ter seu interior finamente decorado e ter-se tornado um exemplo de conservação e respeito cultural, externamente o prédio apresenta uma série de deturpações em sua fachada que causam uma “poluição visual” bastante acentuada.



Figura 20 Vista geral do prédio do Banco Itaú, no detalhe podemos observar “letreiros publicitários” e sua influência na fachada, bem como o aparelho de ar condicionado instalado no balcão da entrada principal .

3.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prédio em estilo Eclético, localizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Inaugurado em 1916 com a finalidade de residência para a Senhora Maria Jacinta Dias de Campos. Em 1941, foi comprada por Eduardo Lopes Cortez permanecendo nas mãos de Suzana Corte Balreira e Maria Cortez Teixeira Leite até 1990, quando foi desapropriada pela prefeitura municipal. Apesar da riqueza de detalhes em sua fachada o prédio apresenta significativas alterações pontuais em suas características originais.



Figura 21 Vista geral da Secretaria Municipal de Administração, no detalhe observa-se aparelhos de ar condicionado que descaracterizaram o conjunto da fachada, bem como se pode ver a “poluição” causada por fios, cabos e postes em ambas as fachadas.